

contextos de referência nas reconversões de espaços urbanos

miguel branco-teixeira

engenheiro civil, doutorando na feup
mestre assistente, faculdade de ciência e tecnologia,
universidade fernando pessoa

lbt@ufp.pt

Resumo

Pretende-se contextualizar as reconversões urbanas face às referências inovadoras que caracterizam o planeamento urbanístico e as intervenções nas cidades. Estas referências permitem compreender a temática das reconversões, enquanto processos espaciais, que reflectem as profundas transformações económicas e sociais a que as mesmas estão sujeitas na actualidade.

A sobreposição destas referências permite avaliar o grau de dificuldade que as reconversões urbanas incorporam, e a função que estas desempenham (continuidade, equilíbrio ou ruptura) no processo de produção ou (re)produção urbana, ele próprio de natureza dinâmica, descontínua e imprevisível.

Palavras-chave: Reconversão Urbana; Globalização; Competitividade, Parcerias; Cidadania

I. Globalização e Competitividade Urbana

A compreensão do fenómeno da globalização permite encontrar algumas explicações para a emergência das operações de reconversão urbana. O processo de globalização, possibilitado pela evolução tecnológica e materializado pela liberalização económica, situa-se a nível transnacional, e conduz à quebras das próprias fronteiras nacionais, fazendo emergir à escala mundial os sistemas espaciais com maior capacidade competitiva, com relevo para os espaços metropolitanos.

Segundo Giddens (1996), a globalização significou a intensificação das relações sociais à escala mundial, possibilitando a ligação entre localidades distantes, de tal forma que as ocorrências locais são moldadas por circunstâncias que se dão a muitos quilómetros de distância e vice-versa. Aos olhos de certos observadores, os movimentos de globalização conduzem directamente a uma economia desligada dos territórios concretos, indiferente à sua história e à sua sociologia particular, considerando as cidades e as regiões como simples peões num jogo de xadrez à escala mundial.

As economias nacionais e a economia mundial apresentam-se, cada vez mais, como um arquipélago de metrópoles e de regiões de



Fig.01 | Fotografia de maquete. Cadeira de Projecto I.
Autoria : Luís Fernandes. Janeiro 2003.

forte crescimento, estabelecendo entre elas relações horizontais que se intensificam rapidamente, ao ponto das relações verticais tradicionais com os países do interior (ou com o interior do próprio país) passarem para um segundo plano (Ferrão, 1995).

De facto, existe um número reduzido de metrópoles, conhecidas como “cidades globais”¹, que têm vindo a intensificar a sua influência nos processos económicos mundiais como cidades-chave no complexo sistema em que se gere a economia mundial. As grandes cidades funcionam cada vez mais em rede, através de múltiplas ligações oferecidas pelas grandes infra-estruturas de transportes e de telecomunicações e dos meios proporcionados pelas grandes empresas multinacionais. O seu crescimento processa-se em “bola-de-neve”, pelo que dificilmente é possível o salto para o pelotão da frente para outras cidades que o pretendem conseguir.²

Se, inicialmente, a globalização aparece essencialmente associada a conotações económicas, ela rapidamente ganhou uma forte dimensão espacial. Lembre-se que, se na actualidade o sector económico tem um peso decisivo na construção urbana, a sua influência pode ser encontrada ao longo da história, ideia desenvolvida por autores como Harvey, D. (1977) e Walker, R. (1981), os quais salientam a relevância do desempenho dos factores sócio-económicos no evoluir da estruturação da forma urbana. Neste sentido, o fenómeno da globalização contribui para aumentar a dependência dos processos de transformação urbana relativamente aos grandes grupos financeiros e às empresas multinacionais, os quais necessitam de espaço com um nível de qualidade elevado, que lhes permita garantir a obtenção de bons resultados decorrentes das suas iniciativas.

Deste modo, as cidades sentem necessidade de oferecerem condições que as tornem atractivas, pelo que têm de gerar “vantagens competitivas”, com o objectivo de captarem investimentos e recursos exógenos relativamente a outras.

Quando se fala de competitividade de um território, normalmente está em causa a capacidade de um determinado território para atrair, manter e reordenar (Ferreira, *et al.*,

1997) investimentos julgados “estruturantes” da actividade económica.

Como se referiu, as cidades têm de conseguir obter vantagens competitivas pelo que as entidades públicas têm vindo a criar iniciativas de apoio e incentivo à localização das empresas, multiplicando a oferta de serviços e de equipamentos de apoio e, mais recentemente, têm-se preocupado com a qualificação do ambiente urbano para a implantação de empresas.

Entre os meios a disponibilizar, estão principalmente as infra-estruturas de transportes (aéreas, marítimas, rodo-ferroviárias) e telecomunicações, a presença de nichos de investigação e tecnologia (universidades ou centros de ciência) e os serviços de gestão e finanças (banca, consultadoria, etc.), capazes de possibilitar a afirmação de determinada região ou cidade a nível internacional.

Mas, a produção de vantagens competitivas implicou que as cidades explorassem ao máximo os seus recursos, centrando as suas energias nos espaços que ofereciam mais segurança na concretização dos objectivos propostos. Deste modo, verificou-se um forte desajustamento, no quadro das políticas urbanas, entre as necessidades locais e as necessidades do sistema económico internacional, tendo estas últimas sido claramente beneficiadas pelas instâncias políticas. Este facto, potenciou fortes assimetrias espaciais, criando impactos selectivos no desenvolvimento urbano.

Enquanto, em certos locais, se implementavam grandes infra-estruturas (eixos viários, telecomunicações, etc.) que induziam a localização de investimentos e o desenvolvimento de pólos tecnológicos e industriais, contribuindo para o nascimento de novas centralidades³, outros, debatendo-se com problemas estruturais como a falta de terrenos disponíveis ou os congestionamentos de tráfego, ficavam à margem deste processo, vendo diminuir a sua capacidade de atracção e entrando em decadência e degradação. Nesta segunda situação encontravam-se muitos centros urbanos tradicionais.

Entretanto, se é verdade que a globalização induziu a formas de separação entre as economias e os territórios, contribuiu também para tendências inversas, em virtude de um grande

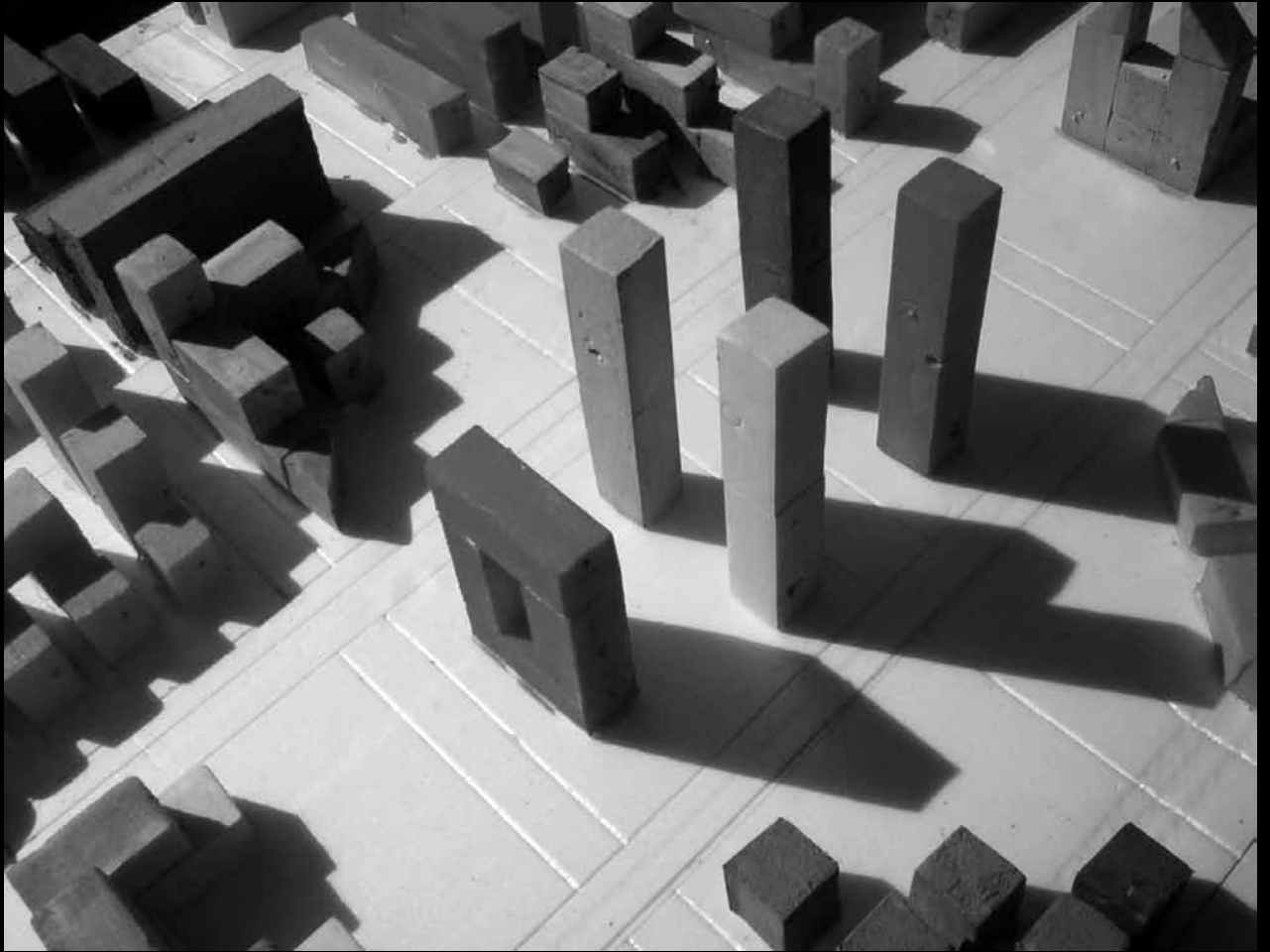


Fig.02 | Fotografia de Maqueta. Cadeira de Atelier I. Autoria Pedro Costa. Janeiro de 2003.

paradoxo em que o território e o “local” são valorizados enquanto geradores de vantagens distintas e vectores de múltiplas formas de cooperação e complementaridade.

As cidades parecem ter descoberto que têm mais complementaridades que exclusões, e começam a multiplicar-se iniciativas de encontros e de movimentos de intercâmbios e cooperação, não só para aprenderem umas com as outras, mas também para enfrentarem os problemas conjuntamente.

As políticas estratégicas mais recentes de desenvolvimento urbano tendem a caminhar nesta direcção, nomeadamente com o crescente relevo dado ao relacionamento em rede dos centros urbanos, valorizando a estruturação horizontal e não hierárquica das cidades, e procurando implementar uma nova estratégia de planeamento assente na base da concertação e cooperação inter-urbana.

II. O Retorno ao Centro e a (Re)Qualificação de Áreas Urbanas Degradadas

Como vimos anteriormente, o declínio dos núcleos centrais das urbes esteve fortemente relacionado com as mudanças funcionais e tecnológicas que alteraram os equilíbrios espaciais existentes. Como resultado assistiu-se nas cidades a uma excessiva concentração do sector terciário e ao êxodo da população residente para as periferias, gerando diariamente enormes fluxos de tráfego (pendularidades casa/trabalho), bem como à diminuição da diversidade funcional que caracterizava as velhas centralidades.

Esta situação originou que as prioridades da renovação urbana, consideradas num amplo contexto de procura da equidade espacial e da melhoria da qualidade de vida urbana, se alterassem no decurso do tempo. Se as questões infra-estruturais marcaram uma época, actualmente os problemas relacionados com o mix funcional e o retorno da população ao centro, de modo a obter-se um “funcionamento eficiente” das cidades, são o cerne das questões (Branco-Teixeira, 1999 e 2001).

Mas, o retorno ao centro só é possível com a introdução de profundas alterações na sua estrutura, que permitam que este se torne atractivo para viver e trabalhar, o que implica necessariamente o lançamento de numerosas obras

O reconhecimento de que as características locais possuem um grande interesse estratégico para as cidades, possibilitou que se implementassem medidas que potenciam o aproveitamento e recuperação do património urbano. Este facto foi reforçado pela necessidade de intervir nestas áreas com elevado valor de investimento e que apresentavam um acentuado grau de abandono e degradação, produzindo impactos negativos quer localmente quer em termos da competitividade do sistema urbano.

Estes factos permitiram que se implementassem operações de (re)qualificação urbana com o intuito de promoverem a revitalização económica e o retorno da população ao centro urbano, temática que iremos seguidamente desenvolver.

de reabilitação e reconversão urbana. Trata-se assim de implementar a (re)qualificação dos tecidos urbanos, procurando melhorar e recuperar o precário, maltratado e decadente.

As áreas degradadas condicionam fortemente o desenvolvimento da malha urbana. Para além de serem visualmente desagradáveis, constituem focos de pobreza e poluição, e são potenciadoras de fenómenos de exclusão social e marginalidade que prejudicam gravemente a imagem urbana, tendo repercussões directas no seu dinamismo económico. Em cidades densamente edificadas e com poucas hipóteses de crescimento, estas áreas de elevado valor estratégico e económico, em que o uso do solo não está consolidado, representam apelativas oportunidades para operações de requalificação urbana.

Para Cardoso (1988), a localização geográfica de uma operação de (re)qualificação urbana é uma variável fundamental para avaliar as suas oportunidades, os seus comportamentos, e os seus níveis de actividades e fluxos. Ainda de acordo com Cardoso (1988), a (re)qualificação implica a aliança entre a história e o conteúdo, em permanente articulação com toda a actividade social, tendo como objectivo não apenas o espaço físico imediato, mas a obtenção de



Fig.03 | Fotografia de Maqueta. Cadeira de Atelier I. Autoria Pedro Costa. Janeiro de 2003.

múltiplos reflexos em termos sociais, culturais e económicos.

Segundo Busquets (1995), a (re)qualificação urbanística pressupõe repensar a cidade, em si mesma, com os seus atributos e as suas debilidades, pelo que as cidades devem procurar encontrar, através de intervenções urbanísticas no seu interior, respostas modernas para os seus velhos problemas.

III. O Plano, o Projecto Urbano e o Mercado

Com a globalização e num contexto económico altamente competitivo, em que é crescente o papel dos factores imateriais e a aceleração dos ciclos económicos (redução dos prazos e dos circuitos industriais de inovação e de produção), assiste-se a um aumento substancial da incerteza nos processos de evolução urbana.

Considerando a metrópole como um sistema composto que, em grande parte, é determinado por fenómenos externos, é praticamente impossível aos responsáveis públicos conseguirem dominar todos os factores que influenciam o desenvolvimento urbano, sendo contudo viável traçar os grandes eixos das transformações. Através desde raciocínio, e numa perspectiva de dinamização da participação privada, a acção dos poderes públicos deve pautar-se pela flexibilidade e cooperação, em detrimento da rigidez e da interdição (Ascher, 1996). Devem, ainda, evitar-se os antagonismos e fomentarem-se as “condivisões” (Mazza, 1997) entre os diferentes intervenientes no processo de desenvolvimento urbano.

De facto, num contexto de aceleração da mudança os objectivos terão de ser claros, sendo, igualmente, conveniente prever várias formas alternativas de os obter. Coloca-se, pois, a questão da adequação dos instrumentos de planeamento às realidades que emergem da sociedade. Autores como Camagni, R. (1996), Healey (1992) ou Hall (1988), salientam a importância dos contextos de incerteza que caracterizam a sociedade actual, como razão explicativa para a crise do planeamento urbano.

Para ser eficaz, o processo urbanístico já não pode seguir uma “cascata” de planos, tendo de desenvolver-se entre acções e/ou projectos com capacidade executiva (Busquets, 1995; Portas, 1995). Também Ascher (1996)

Em suma, o retorno ao centro e a (re)qualificação de áreas urbanas degradadas resultaram da alteração de muitos dos pressupostos em que assentava o desenvolvimento urbano, tendo sido acompanhados da evolução das formas de encarar o planeamento urbano.

se pronuncia neste sentido, considerando que, na actualidade, é claramente visível a necessidade da evolução das estratégias de intervenção urbanística, desde o planeamento até à gestão, com particular incidência sobre os instrumentos de decisão, de forma a adequá-los às realidades emergentes no presente.

Simultaneamente, a necessidade de captar, no momento, oportunidades de investimento público e privado, “obriga” a flexibilizar o processo de decisão, possibilitando a introdução do conceito de “regulação variável” (Portas, 1995)⁴. Esta posição é partilhada por Borja, J. et al (1990: 10) quando refere que “*governar la gran ciudad como centro de innovación requiere que seamos capaces de innovar la propia forma de gobernar*”.

Num período de crise financeira do Estado-Providência ganham um papel fundamental os investidores privados, substituindo o Estado⁵ na promoção de “projectos urbanos”. De facto, as entidades públicas têm procurado formas alternativas de promoverem o desenvolvimento espacial, “aliciando” os investidores privados para a promoção conjunta de diversos projectos. Por seu lado, os promotores privados vêem neste aliciamento a oportunidade de investirem em áreas com alto valor locativo, com menor controlo urbanístico e com fortes probabilidades de obterem elevados lucros.

Trata-se de implementar um novo tipo de gestão urbana, conhecido por “urbanismo de enquadramento” (Ascher, 1995) ou “urbanismo consultivo” (Teixeira, 1995), pragmático que pretende agir com rapidez sempre que se detectem oportunidades de investimento, e que se traduziu fisicamente em intervenções pontuais de transformação urbana, geralmente emblemáticas e associadas a grandes nomes

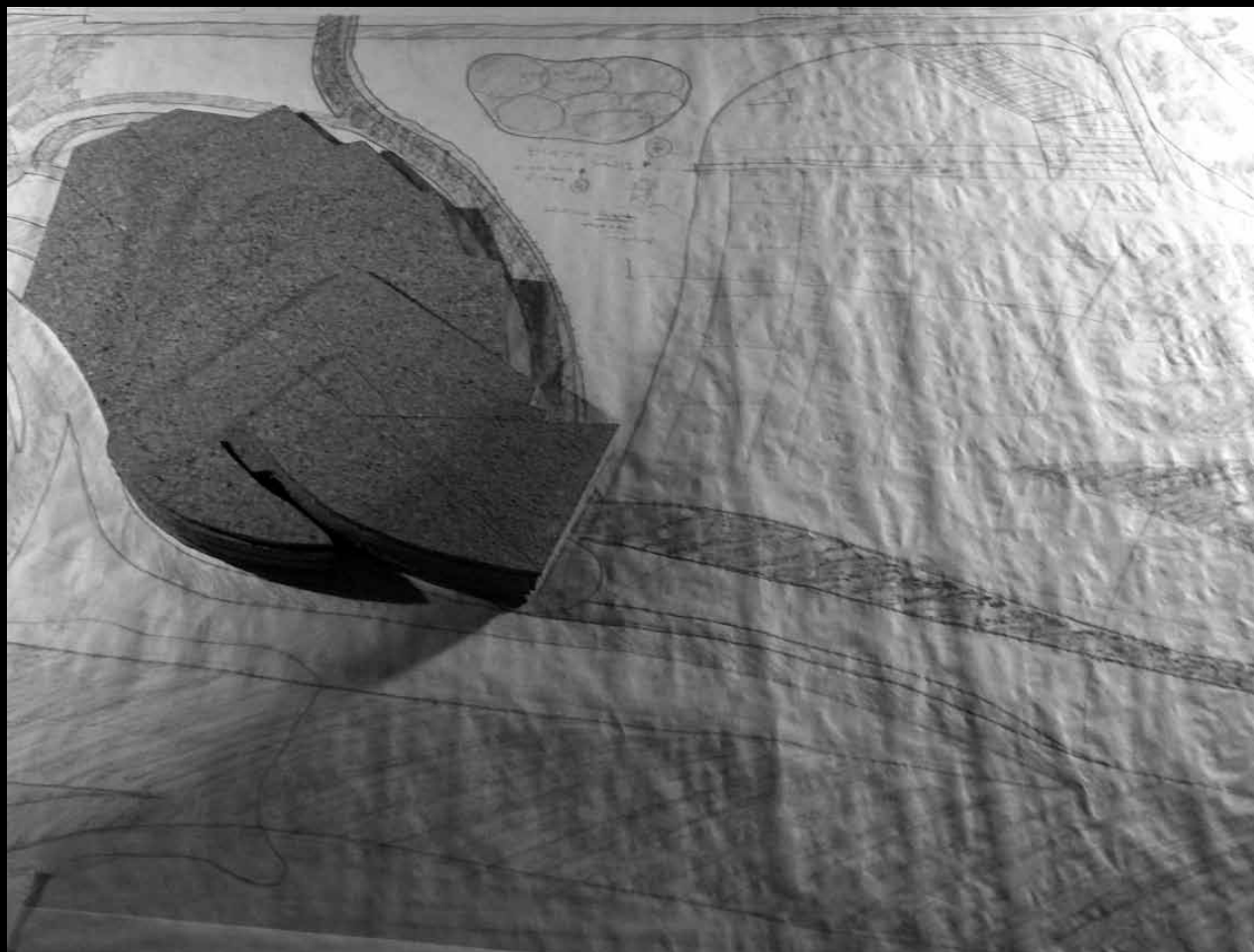


Fig.04 | Fotografia de Desenho com maqueta. Cadeira de Projecto de Equipamentos e Instalações Especiais.
Autoria Frederico Carvalho. Dezembro 2003

da arquitectura. Estes “grandes projectos urbanos” são concretizados com capitais essencialmente privados, e apostam no desenvolvimento de actividades do sector terciário, predominantemente o imobiliário de escritórios.

Estas novas políticas urbanas conduziram ao reforço da presença do mercado na pro-

moção de dinâmicas urbanas, e criaram condições para o estabelecimento de formas de diálogo e entendimento entre o sector público e o sector privado, contribuindo decisivamente para o desenvolvimento de parcerias entre ambos.

IV. O Mercado e a Promoção de Dinâmicas Urbanas

Nos últimos anos a forma de encarar o desenvolvimento urbano, tem vindo a ganhar novos contornos tanto em termos conceptuais como em termos pragmáticos. Em resposta à crise financeira do Estado⁶, a qual teve fortes incidências nas transformações urbanas, assistiu-se à emergência de novas estratégias de desenvolvimento espacial, baseadas sobretudo no aumento exponencial da participação do sector privado.

Mas, para além da referida incapacidade financeira do Estado, três aspectos, já antes analisados, parecem ser relevantes para o crescente papel que as empresas desempenham no processo de estruturação espacial da cidade: a abertura progressiva dos espaços económicos e os processos de “globalização”; as formas de cooperação em ambiente de competitividade das empresas e dos territórios; e o clima de incerteza que caracteriza a actualidade.

No processo devem destacar-se as profundas alterações nas formas de organização da produção e da comercialização, induzidas pelo contexto concorrencial existente que provocou transformações significativas nas tendências de localização espacial das empresas.

À medida que a dimensão económica ganha peso no processo de urbanização, a cidade incorpora as formas de pensar e agir próprias do sector económico, funcionando cada vez mais com a lógica de uma empresa. Em certas situações, chegam mesmo a confundir-se as cidades com as empresas, os cidadãos com os

consumidores ou as relações humanas com as relações comerciais.

Esta lógica permite explicar que na concepção de estratégias de desenvolvimento urbano, as cidades possam ser entendidas, à semelhança das empresas, como estruturas activas e organizadas que concretizam estratégias com o objectivo de produzirem bens e serviços de interesse ao colectivo urbano. Desta forma explica-se porque tem vindo a ser habitual ouvirem-se expressões que têm uma nítida proveniência do sector económico, como sejam “eficiência económica da malha urbana”, “atracções e repulsões urbanas”, “competitividade urbana”, “marketing urbano” ou “parcerias urbanas”.

Tal como para as empresas, as novas formas de competitividade tornam cruciais para as cidades (para além da competitividade pelo preço) a qualidade dos espaços e dos serviços associados, a variedade e versatilidade de soluções, a redução dos prazos e a capacidade de inovação. Da interligação entre estes factores emergentes depende, em grande parte, o resultado das intervenções urbanísticas.

Em suma, é inegável a crescente identidade, nos objectivos e nas formas de funcionamento, entre as empresas e as cidades, ou de outra forma, entre a política económica e a política urbana, o que facilitou a implementação de parcerias público-privado, como estratégia de desenvolvimento urbano, temática que iremos agora abordar.

V. As Parcerias Público-Privado

A relação entre o sector público e o sector privado na actuação urbanística alterou-se substancialmente ao longo das últimas décadas, passando de uma evidente separação de interesses e competências, para uma crescen-

te política de cooperação da qual emergiu a criação de parcerias público-privado, também conhecidas pelas suas siglas p/p/p (ver Ascher, 1996; Gibelli, 1996; entre outros). Este “urbanismo de partenariado” (Ascher, 1995)

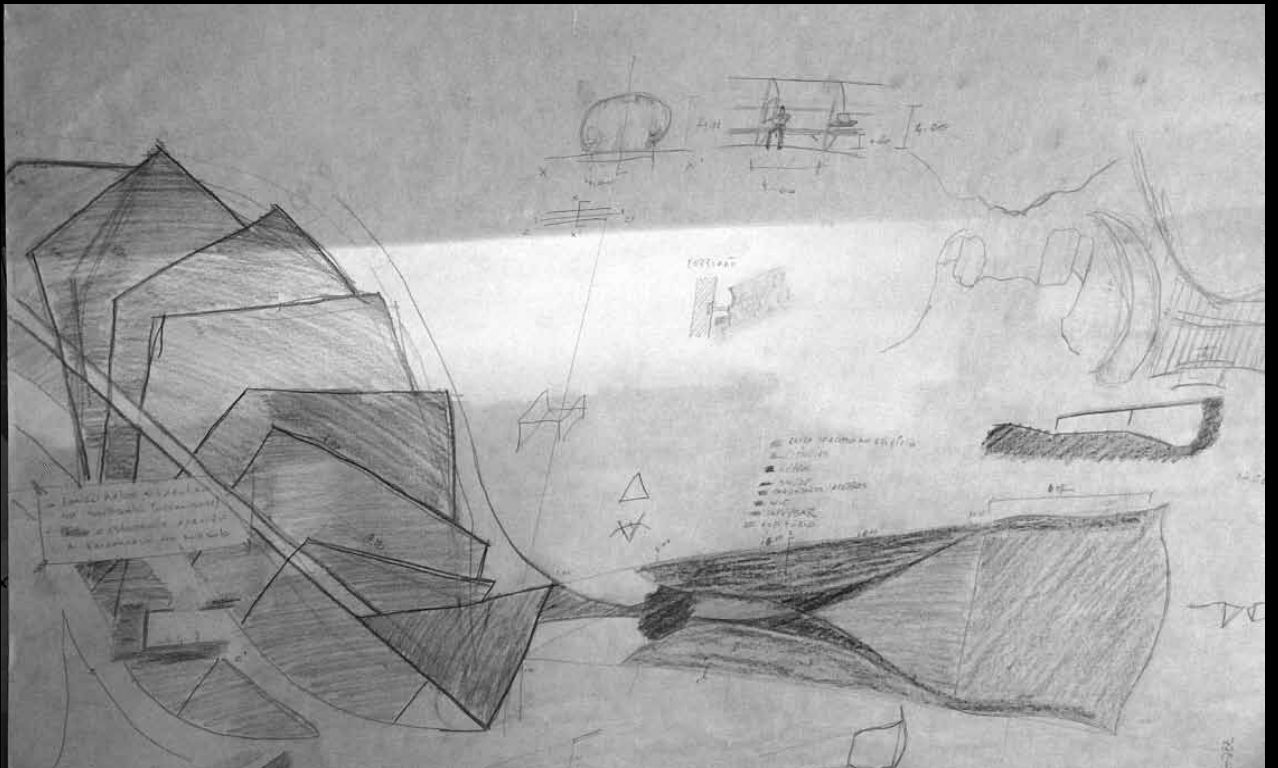


Fig.05 | Fotografia de Desenho com maquete. Cadeira de Projecto de Equipamentos e Instalações Especiais.
Autoria Frederico Carvalho. Dezembro 2003.

tem permitido o desenvolvimento de novos projectos urbanos, numa altura em que muitas cidades evidenciam falta de capacidade de intervenção urbana.

De um modo geral, pode considerar-se que as parcerias são um sistema de partilha (Mazza, 1994a) de esforços financeiros, técnicos e humanos entre o sector público e o sector privado ao longo do planeamento, execução e gestão urbana. De facto, como refere Ascher (1996), as p/p/p correspondem à passagem de uma fase de subcontratação do sector privado, para uma fase de partilha de riscos e responsabilidades em operações complexas e longas entre ambos os parceiros, com uma lógica espacial com fortes conotações económicas.

De facto, a colaboração público-privado veio introduzir novas formas de gestão urbanística, nas quais, segundo Ascher (1996), a estratégia implementada aposta na «fragmentação» das intervenções, ou seja, no seu faseamento espacial e temporal, de modo a que a execução de uma parte não dependa da conclusão total da operação, permitindo ao investidor recuperar parte do capital durante a execução, ou esperar melhores condições comerciais para o desenvolvimento da mesma.

Saliente-se contudo que a fragmentação acarreta alguns perigos, particularmente, quando pressupõe a divisão de tarefas entre o sector público e privado, pois geralmente as partes menos lucrativas e de maior risco (ambiente ou infra-estruturas) ficam a cargo

do sector público⁷. Concomitantemente, a fragmentação das operações pode conduzir a segregações espaciais no desenvolvimento urbano, introduzindo discrepâncias e assimetrias entre as várias fases ou espaços de intervenção (Branco-Teixeira, 1999 e 2001).

Devem pois, nas parcerias público-privado, definir-se claramente o papel de ambos os sectores e estabelecer os seus âmbitos de actuação, de modo a que as entidades públicas não abdicuem das suas responsabilidades e competências mas, pelo contrário, mantenham algum controlo sobre as operações. Como Ascher (1996) salienta, uma parceria bem constituída não conduz à redução da participação pública, exigindo, sim, elevada competência técnica e acompanhamento, para que as entidades públicas não fiquem na dependência dos seus parceiros privados.

Geralmente as parcerias estabelecem-se em locais onde o potencial de desenvolvimento é já de si elevado. Este argumento vem reforçar a necessidade do sector público, enquanto parceiro, manter sempre algum controlo sobre os objectivos, o processo e os resultados das intervenções. Saliente-se, neste sentido, que enquanto se assiste ao aumento da participação privada, em termos de responsabilidades e financiamento, a forma de estabelecimento das parcerias têm entretanto vindo a evoluir, designadamente valorizando as especificidades locais e promovendo um maior envolvimento dos cidadãos.

VI. O Desafio da Legitimação Social das Intervenções Urbanas

O movimento da globalização permite conectar diferentes lugares e culturas numa fusão ininterrupta de tempo e espaço que fomenta uma continuidade transcultural a qual, para Ascher (1995), contribui para a perda generalizada do sentido de cidadania dos habitantes e trabalhadores metropolitanos. Contudo, simultaneamente, coexiste uma tendência inversa em que as culturas e os cidadãos criam novas formas de identificação com os lugares.

De facto, assistimos a um duplo fenómeno, por um lado à mundialização da economia e das finanças, e, por outro lado, à fragmentação e à ascensão das reivindicações de identidade,

um fenómeno incentivado precisamente pela própria mundialização e em contraponto à tese que pretende afirmar que não pode haver modernização sem homogeneização.

Todavia, parece ser consensual que na actualidade os grupos sociais estão profundamente divididos, não como no passado, entre patrões e trabalhadores, mas por outros critérios de crescente importância, como sejam os étnicos, os regionalistas e, sobretudo, os relacionados com o acesso aos meios de informação.

Do ponto de vista social, o fenómeno da desurbanização provocou, num curto período de tempo, a diminuição do mercado do em-



Fig.06 | Fotografia de Maqueta. Cadeira de Atelier II. Aatoria Pedro Costa. Junho de 2003.



Fig.07 | Fotografia de Maqueta. Cadeira de Atelier II. Aatoria Pedro Costa. Junho de 2003.

prego e a degradação da qualidade urbanística e arquitectónica, em áreas que tinham tido no passado um elevado dinamismo económico, pelo que a desurbanização foi, geralmente, sinónimo de insegurança, exclusão e marginalidade de que resultaram, muitas vezes, populações locais fortemente estigmatizadas.

As operações de (re)qualificação urbana deveriam pois ser protagonistas de uma forte intervenção de âmbito social que possibilitasse resolver, ou pelo menos atenuar, os problemas existentes. Neste sentido, Vázquez (1996), reconhecendo a variedade actual de modos de vida e as expectativas ao nível das exigências de eficácia funcional da cidade, salienta a necessidade da valorização do seu uso colectivo como uma vertente fundamental a promover para alcançar objectivos de qualificação urbana.

Ao enumerar algumas das causas que são responsáveis pelos problemas de índole social, Domingues (1996), destaca o facto da democracia urbana implicar um permanente ajustamento da vida económica às escalas e às métricas urbanas, só que, como ressalva o autor, a dinâmica urbana é sempre mais rápida do que os ajustamentos político-administrativos e institucionais, daí resultando desequilíbrios permanentes entre a construção de cidade e os processos de equidade social necessários.

Desta forma, a procura de consensos sociais choca com diversos obstáculos e muitas cidades encontram dificuldades na implementação de operações de reconversão, de que são exemplo os casos de Liverpool e Marseilha, cidades onde foi evidente a incapacidade do poder público em conciliar os interesses das forças sociais locais.

Com base nestes problemas, Rosa Pires (1995) sustenta que existem motivos suficientes para repensar o âmbito e objectivo temático do planeamento⁸, considerando os novos valores sociais, as alterações nas relações glo-

bal/local e as lógicas actuais do mercado como factores que o justificam. Corroborando, esta convicção, Vázquez (1998) valoriza particularmente a função que o planeamento deve ter enquanto acção comunicativa de articulação e orientação, permitindo a resolução de alguns dos atritos latentes. Neste sentido, torna-se fundamental que os cidadãos tenham em todo o processo de planeamento uma participação activa.

Assiste-se, pois, ao ressurgimento da participação pública atribuindo-se-lhe uma acção preponderante no aumento da credibilidade da própria actividade de planeamento. Nesta perspectiva, cabe ao planeamento fomentar o interesse pela participação dos cidadãos ao longo das operações de transformação urbana mas, como destaca Healey, P. (1990)⁹, “não basta planear para as pessoas, é também necessário planear com as pessoas”, particularmente apoiando aqueles (excluídos) que dificilmente têm possibilidades de fazerem ouvir as suas necessidades.

Na realidade, os factos vêm confirmar a necessidade da legitimação social das intervenções, e a sua importância e acuidade na actividade do planeamento. Pretende-se desta forma que o desafio da legitimação social do planeamento confira aos cidadãos direitos, mas também deveres, responsabilizando-os pelas suas opções estratégicas, bem como pela sua concretização e gestão.

Saliente-se, também, o papel que os profissionais de planeamento, devem desempenhar na legitimação social do planeamento. Como refere Rosa Pires (1995), os profissionais de planeamento enquanto profissionais reflexivos¹⁰, devem possuir um profundo conhecimento sobre os problemas, terem capacidade argumentativa para comunicar e actuar de uma forma ética. Deste modo, aumentam-se as possibilidades de se obterem acordos abrangendo um maior número de grupos de interesses.

VII. Conclusão

De acordo com Peter Hall (1996), são quatro os factores que potenciam as transformações urbanas da actualidade: terciarização, informacionalização, desarticulação localizacional e globalização.

A terciarização é entendida por Hall como o aumento da população activa no sector terciário enquanto, simultaneamente, se assiste à redução do sector secundário com fortes repercussões espaciais.

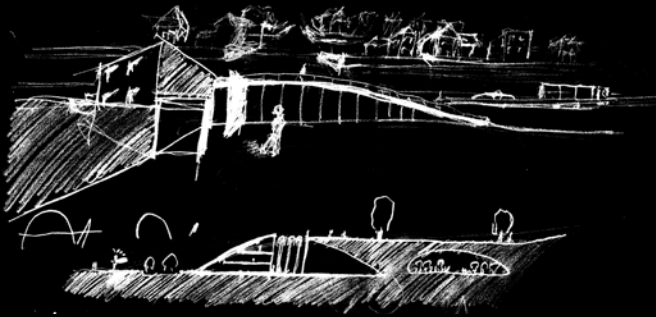


Fig.08 | Esquisso de estudo. Cadeira de Projecto II.
Autoria Frederico Carvalho. Junho 2003.



Fig.09 | Esquisso. Cadeira de Projecto de Equipamentos e Instalações Especiais. Autoria Manuel Gomes. Dezembro 2002.

A informacionalização aumenta a facilidade de acesso ao conhecimento e à inovação, constituindo-se como um factor vital para o desenvolvimento económico.

A desarticulação localizacional, factor através do qual se explica a desagregação do processo industrial (exploração de vantagens locais como a mão-de-obra nos países asiáticos, internacionalização dos ciclos produtivos que passam a ser mais curtos e flexíveis), onde as cidades globais têm o papel de controlo e gestão dos vários elos da cadeia produtiva.

Por fim, a globalização que, no seguimento do anteriormente expresso, significou a quebra das barreiras no sistema económico mundial e a perda de parte da dependência da proximidade de bens e serviços, permitindo maximizar as vantagens comparativas que cada país ou região oferece.

Ora, e segundo as palavras de Hall (1996), verificamos que nas reconversões encontramos em simultâneo estes quatro factores. Partindo deste princípio, ou seja, assumindo-se o elevado potencial de transformação urbana, procuramos evidenciar ao longo deste texto alguns dos principais elementos em jogo numa intervenção de reconversão urbana.

Em suma, dada a complexidade do quadro traçado, em que foram expostas algumas das profundas transformações políticas, económicas, sociais e culturais que marcam o nosso tempo, torna-se particularmente difícil prever, face à evolução das intervenções de reconversão, o rumo da cidade nos próximos anos.

Não é claro que as actuais formas de transformação urbana, sustentadas sobretudo nas operações de reconversão urbana, onde se incluem as operações em centros históricos, frentes de água, áreas muito degradadas, etc., concretizadas essencialmente devido à emergência das parcerias público-privado, tenham continuação no futuro. Todavia, torna-se evidente que não será possível o regresso à situação anterior, ou seja, dificilmente os agentes e as formas de intervenção na cidade, que ganharam notoriedade nos últimos anos, deixarão de participar e de ser “inputs” no processo permanente de construção urbana.

notas

- ¹ Conceito desenvolvido por Sassen, Saskia (1991) em *The Global City*. New York, London, Tokio: Princeton University Press.
- ² Note-se o vasto leque de condições que a expressão “nível de qualidade elevado” compreende, como sejam: infra-estruturas, equipamentos, ambiente ou mão-de-obra.
- ³ Geralmente nas proximidades dos grandes eixos viários estruturantes.
- ⁴ O conceito em termos latos implica a legitimação da maior flexibilidade no sentido da incorporação das oportunidades e das incertezas que caracterizam a actualidade, obrigando a uma gestão não só inteligente mas também dialogante com a população e com os grupos de interesses instalados. Para o autor, o plano hoje “interpreta-se”, não se “cumpre”.
- ⁵ Saliente-se que o Estado pode e deve desempenhar um relevante papel como “Capacitador” do investimento e da participação pública (ver Rosa Pires, 1995). O Estado centra os seus investimentos em projectos estruturantes, predominantemente no campo infra-estrutural.
- ⁶ Pode considerar-se que a crise financeira do Estado-Providência se tornou evidente a partir de 1973 com a crise petrolífera mundial.
- ⁷ Diferentes autores questionam-se quanto aos critérios de distribuição das diferentes funções, bem como dos interesses em causa nas parcerias público-privado, salientando que se poderá estar perante uma situação de “*projectos privados, públicas virtudes?*”.
- ⁸ Esta opinião de Rosa Pires (1995) é partilhada por numerosos autores. Citem-se, entre outros, Healey (1992), Malone (1996) ou Hoyle (1996).
- ⁹ Healey, P. (1990) citada por Rosa Pires (1995) em “Teoria e Método em Planeamento”, Universidade de Aveiro, Aveiro.
- ¹⁰ Segundo Rosa Pires (1995), por profissionais reflexivos entendem-se profissionais com capacidade para a auto-reflexão crítica sobre a mobilização e aplicação de conhecimentos no exercício da sua actividade profissional.

Referências Bibliográficas

- Ascher, F. (1995). *Métapolis ou l'avenir des Villes*, Odile Jacob, Paris.
- Ascher, F. (1996). "Dalla pianificazione urbana al management strategico: il caso francese", *Pianificazione Strategica e Gestione dello Sviluppo Urbano*, Alinea (ed.): 255-286.
- Borja, J. (1990). "Europa: la hora de las Ciudades", *Sociedade e Território*, nº 12: 8-11.
- Branco-Teixeira, M. (2001). "Regeneração de Frentes de Água Urbanas", Actas da VII Conferência Nacional sobre Qualidade do Ambiente (CNQA): 637-649, Universidade de Aveiro, 18 a 20 de Abril 2001.
- Branco-Teixeira, M. (1999). "Reconversão de áreas urbanas em frentes de água", *A Cidade DA EXPO' 98*, Matias Ferreira, V. e Indovina Francesco (org.), ed. Bizâncio, Lisboa: 78-115.
- Busquets, J. (1995). "Planeamiento: pasado reciente y futuro próximo", *Sociedade e Território*, nº 22: 10-21.
- Camagni, R. (1996). "La citta' come impresa, l'impresa come piano, il piano come rete: tre metafore per intendere il significato del piano in condizione di incertezza", *Pianificazione Strategica e Gestione dello Sviluppo Urbano*, Alinea (ed.): 83-98.
- Cardoso, A. (1988). *A modernização e a mudança no território: problemas e propostas*.
- Domingues, A. (1996). "(Sub)úrbios e (sub)urbanos - o mal estar da periferia ou a mistificação dos conceitos?", comunicação ao III Congresso Português de Sociologia, Lisboa.
- Ferrão, J. (1995). "Colectividades Territoriais e Globalização: Contributos para uma Nova Acção Estratégica de Emancipação", *Inforgo*, nº 9-10: 65-75.
- Ferreira, V. M. et al. (1997). *Lisboa, a metrópole e o rio*, Lisboa, Bizâncio (ed.).
- Gibelli, M. C. (org.) (1986). *La Rivitalizzazione delle Aree Metropolitane*, Clup (ed.), Milano.
- Gibelli, M. C. (1996). "Tre famiglie di piani strategici: verso un modello «reticolare» e «visionario»", *Pianificazione Strategica e Gestione dello Sviluppo Urbano*, Alinea (ed.): 15-53.
- Giddens, A. (1996). *As Consequências da modernidade*, Oeiras, Celta Editora.
- Hall, P. (1988). *Cities of Tomorrow*, Basil Blackwell.
- Hall, P. (1996). "The global City", *Internacional Social Science Journal*, vol. 48: 15-23.
- Harvey, D. (1977). *Government policies, financial institutions and neighbourhood change in United States cities*, Harloe (ed.).
- Healey et al. (1992). *Rebuilding the City*, E & FN Spon, London.
- Mazza, L. (1994a). "Order and change, rule and strategy", AISRe International Seminar, Perugia.
- Mazza, L. (1997). *Transformazione del Piano*, Franco Angeli, Milano.
- Portas, N. (1995). "Os Planos Directores como instrumento de regulação", *Sociedade e Território*, nº 22: 22-32.
- Rosa Pires, A. (1995). *Teoria e Método em Planeamento*, Universidade de Aveiro, Aveiro. (Texto policopiado sobre o conteúdo da Licenciatura em Planeamento Regional e Urbano).
- Teixeira, D. (1995). "Le grand événementiel, une stratégie de développement ville/port", *Ports Océanes et développement des territoires*, V Conferência Internacional "Villes et Ports", Dakar: 97-104.
- Vázquez, I. B. (1992). *O processo de suburbanização no grande Porto*, Dissertação de Doutoramento, FEUP, Porto.
- Vázquez, I. B. (1996). "Algumas reflexões acerca da qualificação urbana", *5ª Conferência Nacional sobre a Qualidade do Ambiente*, vol. 1, Aveiro: 615-622.
- Vázquez, I. B. (1998). "O desafio da legitimação social do planeamento: um enquadramento", Comunicação apresentada no XII Congresso da AESOP, Aveiro. (policopiada).
- Walker, R. (1981). *A theory of suburbanization: capitalism and the construction of urban space in United States*, Ed. Scott.